

Turismo e gás podem ser compatíveis no Algarve

TEXTO José Manuel Oliveira

Procurar gás na costa algarvia? Sim ou não? Em entrevista ao «barlavento», David Santos, presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve (CCDRA), não rejeita esse cenário, que tanta polémica tem gerado, mas, com prudência, deixa recados até em jeito de desafio.

barlavento - Os fundos comunitários 2014-2020 para o Algarve atingem mais de 300 milhões de euros. Como pensa gerir esse dinheiro?

David Santos - Começamos a preparar o novo Quadro Comunitário de Apoio, o Programa Operacional do Algarve, ainda em 2012, tendo sido um processo muito participado. Trata-se de um Programa Operacional, com as regras definidas pela Comissão Europeia, mas muito fruto das inúmeras reuniões que realizámos com todas as entidades externas à CCDR, desde públicas a privadas. A grande característica deste novo Quadro consiste num apoio muito maior às empresas e a obrigatoriedade de transferirmos o conhecimento para as mesmas. Para se ter uma ideia, entre o Objetivo Temático Um, que tem a ver com ciência, e o objetivo Temático Três, relacionado com as empresas, temos mais de 124,5 milhões de euros. Esta é uma das grandes novidades deste Quadro de Apoio. Outra é que o novo Quadro vai ser muito mais exigente nos resultados a atingir. Os resultados são o centro da contratualização com as empresas e o apoio não reembolsável está condicionado a metas mais ambiciosas e mais rigo-

rosas. Se estes forem atingidos haverá o apoio inicialmente previsto; caso contrário, não haverá esse apoio. Será essa uma grande diferença. Vamos contratualizar os resultados com os promotores de investimentos. Existe uma aposta, como referi, significativa nas empresas e numa vertente diferente do outro Quadro Comunitário. Relevante também é que, pela primeira vez, vamos ter a gestão do Fundo Social Europeu neste Programa Operacional.

b - O que irá permitir o Fundo Social Europeu?

DS - Vamos fazer aquilo que entendemos que deve ser feito. Quando muitas vezes se apoia uma empresa não podíamos ter um projeto que juntasse fundos comunitários do FEDER e do Fundo Social Europeu. No futuro, poderemos apoiar uma empresa nalgum equipamento com verbas do FEDER e simultaneamente reforçar as competências pessoais dos seus trabalhadores. Acharmos que é muito mais integrado desta forma. Por outro lado, também conseguimos algo próximo da nossa proposta inicial quando pretendíamos ter uma autoridade de gestão um pouco diferente do habitual, com maior participação de par-



ceiros do Algarve. Isso não ficou aprovado. Contudo, vamos ter uma Plataforma de Concertação Regional, na qual todos os projetos do Programa Operacional 21, bem como alguns projetos da agricultura, do mar e do Fundo de Coesão, poderão ser candidatos ao novo Quadro Comunitário de Apoio nesta região e terão um parecer prévio, não vinculativo, desta Plataforma.

b - As PME e as microempresas também poderão beneficiar de apoios?

DS - A maior parte do nosso apoio é essencialmente às Pequenas e Médias Empresas. Vamos poder apoiar sobretudo os sectores que estão definidos na Estratégia de Especialização Inteligente Regional (RIS3 Regional), aprovada já pela Comissão Europeia, através da articulação quer com os parceiros públicos, quer com os privados. Está de-

finido, na RIS3 Regional, que os sectores consolidados no Algarve são o Turismo e Mar/Pescas/Aquicultura, nos quais vamos poder apoiar a nossa intervenção, enquanto ao nível dos sectores emergentes temos o Agroalimentar e Floresta, TIC e Indústrias Criativas, Energias Renováveis, Ciências da Vida/Saúde. As empresas poderão concorrer nesses sectores ao Novo Quadro Comunitário de Apoio. Independentemente de haver na região áreas diferentes, entendemos que temos de nos focar naquelas por serem as que têm mais potencialidade para se poderem desenvolver e criar uma economia sustentada. Como todos sabem, dependemos bastante, cerca de três quartos da nossa economia, do turismo. E não podemos continuar nesta situação por estarmos sujeitos a fatores internacionais adversos e outros

problemas. Temos de continuar, na minha opinião, a ter o turismo não como âncora, mas como locomotiva, a puxar pelo Algarve, sendo ao mesmo tempo necessário criar outros sectores, os que já referi, que nos ajudem a combater a sazonalidade e assegurar o reforço das cadeias de valor dos recursos e serviços regionais.

b - De que forma o mar poderá ajudar a combater a sazonalidade do turismo no Algarve?

DS - Essa é uma discussão curiosa, porque muitas vezes fala-se em economia do mar. Esta, no Algarve, é seguramente diferente e à do norte do país. No Algarve existem áreas com muitas potencialidades, como a aquicultura e temos de continuar a apostar nos bivalves. Cinquenta por cento dos bivalves consumidos no nosso país são provenientes da Ria Formosa. Por outro lado,

deveríamos tentar apostar novamente nas indústrias conservadoras e temos de manter as armazém do atum, bem como a exploração do sal. É que mais de 96 por cento do sal marinho produzido no país provem do Algarve. Também já existem bons exemplos no que diz respeito a ostras, mexilhão e vieiras, na aquicultura em mar aberto. São áreas em que é preciso apostar e que não tem a sazonalidade que o turismo enfrenta no Algarve.

b - O Algarve adormeceu nas últimas décadas ao sol e praia e agora está a pagar por isso?

DS - Não tenhamos dúvidas de que o abandono que houve, quer do mar, quer da agricultura, é consequência, durante muitos anos, das pessoas, sobretudo os mais jovens, nalguns casos até com abandono escolar, fazerem contratos por seis meses nas empresas ligadas ao turismo, recebendo além do salário umas gorjetas e assim aguentar os outros seis meses com o subsídio de desemprego. Isso agora está tudo diferente. Temos de continuar a apostar nas características do nosso território, onde existem muitas potencialidades no mar e na agricultura. É para esses sectores que temos de nos voltar novamente.

b - A pesquisa de petróleo na costa algarvia destruiria o turismo, como muitos dizem?

DS - Na costa algarvia poderá haver principalmente gás. Ninguém pode dizer que não haverá risco em termos ambientais, se forem levadas a efeito operações com vista à sua pesquisa e exploração. É sempre necessário ter em conta três componentes para se perceberem as vantagens: economia, ambiente e o aspeto social.

b - Defende a pesquisa de gás?

DS - Só no caso do gás poder representar um peso tão significativo na economia do Algarve e do país, que valesse mesmo a pena. De qualquer modo, é claro que não sacrificaria o turismo pela exploração de gás. Um pode ser compatível com o outro.

REGIONAL DAVID SANTOS

«O maior resultado que poderíamos ter no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio até 2020 seria a redução da taxa de desemprego e da sazonalidade» no Algarve, sublinha o presidente da CCDRA, que promete maior aproximação às empresas, enquanto lança avisos.



«A ideia será reduzir a época baixa para apenas quatro meses»

b - Se tudo for bem aproveitado pelas empresas no novo Quadro Comunitário, o problema do desemprego pode ser reduzido?

DS - O maior resultado que poderíamos ter no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio até 2020 seria a redução da taxa de desemprego e a diminuição da sazonalidade. Ao longo de mais de 30 anos no Algarve, a curva sinusoidal, no que diz respeito a desemprego de trimestre a trimestre é quase sempre constante. A amplitude é que, muitas vezes, aumenta um pouco. O que pretendemos é reduzir, de forma a não haver mais desempregados durante a época baixa do turismo, de outubro a abril. Não vamos poder acabar com a sazonalidade, porque o turismo do Algarve é muito focado no sol e na praia. A ideia será reduzir a época baixa para apenas quatro meses e gostaríamos que houvesse empregos em áreas que não dependessem da sazonalidade do turismo. Por exemplo, tem havido uma grande aposta na agricultura na região, numa altura em que já quadruplicaram os jovens agricultores. Por outro lado, foi criada, há cerca de dois anos, uma medida denominada «Formação Algarve», muito ligada à hotelaria, em que em vez dos trabalhadores serem despedidos na época baixa, recebem ações de formação. E passados seis meses, voltam, de novo, ao trabalho no mesmo hotel. Quem está a suportar os encargos é o IEFP. Este Quadro Comunitário de Apoio até 2020 é claramente a maior oportunidade para as empresas nos últimos anos no Algarve. Vão ter mais do dobro do apoio ao sis-

tema de incentivos às empresas e existem outras elegibilidades no Programa Operacional a que também podem aceder. Haverá um amplo trabalho da nossa parte para a divulgação, mas as empresas também terão de perceber as imensas vantagens ao seu dispor. É um facto que existem questões conjunturais, a própria economia de outros países na Europa condiciona muito, por exemplo, a exportação, e a esse nível temos de apostar em áreas muito certas. Mas se também conseguirmos diminuir as importações, como dos produtos agrícolas, reduziremos não só a diferença entre exportação e importação, mas também os próprios circuitos serão menores.

b - Admite que muitos empresários estão acomodados perante a crise no país?

DS - Não é um problema de estarem acomodados. Temos de lhes mostrar bons exemplos, quer do Algarve, quer de outras regiões, para perceberem como é que se pode melhorar bastante a criação de valor. É fundamental o conhecimento dessas experiências. A partir de 2015, vamos aproximar-nos cada vez mais das empresas. Mas também é preciso os empresários perceberem que há colegas deles de outras empresas que ao aceitarem a vinda de técnicos altamente qualificados, fazendo aqui trabalhos de doutoramento, em determinadas áreas, contribuíram para que houvesse mais valor e as empresas tivessem mais sustentabilidade. Por outro lado, temos até um caso curioso, com uma candidatura ao Quadro Comunitário de Apoio 2007/2013, num conjunto de áreas industriais e comerciais em Loulé,

onde alguns dos empresários perceberam que estavam, por exemplo, a recorrer a serviços de outras empresas, desconhecendo que empresas que forneciam os mesmos serviços, existiam ao seu lado. Portanto, é muito importante a relação entre empresas da região, no sentido de perceberem o que já conseguimos realizar no Algarve. E vamos naturalmente também aproximá-las da Universidade. O Programa Operacional é fundamental na transferência do conhecimento e a esse nível vamos ter até uma verba avultada para garantir a presença de técnicos altamente qualificados nas empresas. O Algarve tem um fraco investimento em desenvolvimento de inovação de tecnologia, contando apenas com um terço da média do país.

b - Em que áreas pode a Ual formar profissionais?

DS - O Algarve e a Universidade hoje são conhecidos pela sua ligação ao mar. Mas também temos profissionais no turismo e no sector agroalimentar. São essas áreas, entre outras, como de resto já referi, que vamos apoiar de modo a que haja transferência do conhecimento. A aposta passa por teses de doutoramento ou até pós-doutoramentos em empresas. Tem havido um divórcio na região, mais acentuado do que noutras regiões do país, em relação ao conhecimento nas empresas.

b - O Algarve, o Alentejo e a Andaluzia também podem apresentar projetos comuns. O que pode ser feito?

DS - Houve, no dia 18 de dezembro, em Faro, o encontro Andalusíadas IV, em que já abrimos a discussão no sentido destas três

regiões transfronteiriças terem a sua estratégia comum. Temos, este mês, reuniões com técnicos de cada região para definir quais são os setores comuns em que se pode apresentar candidaturas conjuntas. O turismo é claramente uma área comum às três regiões. Por outro lado, podem surgir candidaturas entre universidades e empresas de forma a criar projetos comuns para as potenciar.

b - O Quadro Comunitário de Apoio cessante foi mais voltado para obras, enquanto o atual aposta no emprego. Haverá menos betão?

DS - Vai haver muito menos obras e haverá muito mais apoio à iniciativa privada e às pessoas. Só de Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), no Quadro Comunitário de Apoio 2014/2020 temos cerca de 225 milhões de euros, enquanto no anterior foram 175 milhões. Portanto, só em FEDER são mais 50 milhões de euros. Depois, temos mais cerca de 94 milhões de euros de Fundo Social Europeu. A isto acresce a iniciativa Emprego Jovem, através da qual só para o Algarve serão canalizados 8,6 milhões de euros. Outra das nossas apostas é voltar o Algarve para programas e fundos comunitários geridos pela Comissão Europeia. E são muitos. A CCDR Algarve, a Universidade do Algarve, o Centro de Ciências do Mar e uma Fundação alemã, a FRAUNHOFER, já apresentaram uma candidatura ao Programa Horizonte 2020.

b - O que pretendem?

DS - É a possibilidade de termos no Algarve cerca de 10 milhões de euros em cinco anos para garantir a presença de investigado-

res de nível europeu e mundial a fazer pesquisa na área da biotecnologia, para constituir um centro de excelência na investigação. Acharmos que isso é importantíssimo. Conjuntamente com essa aposta, teremos no Programa Operacional verbas para melhorar, reforçar ou eventualmente até criar de raiz infraestruturas para essa investigação ser feita no Algarve.

b - E o que vai ganhar o Algarve com a investigação nessa área?

DS - Ganha competitividade, valor, conhecimento e respostas inovadoras aos desafios colocados a nível mundial nos domínios do Mar, assegurando dimensão mundial e afirmando áreas de referência que permitam captar investimento empresarial a médio prazo.

b - Porque é que o novo Quadro Comunitário de Apoio não contribui para impulsionar a ligação ferroviária Algarve/Andaluzia e a de Faro ao aeroporto?

DS - Todas as ideias, todas as reivindicações têm a sua razão de ser. Contudo, foi definido pela Comissão Europeia uma rede prioritária ferroviária que não inclui a ligação Algarve/Andaluzia. A prioridade no que diz respeito ao sul do país é ligar Sines a Espanha. Sines é um porto com uma importância transcendental neste momento e portanto percebeo a lógica relativamente a eixos prioritários. Mas deve manter-se, de facto, a ideia de um dia fazer a ligação da rede ferroviária Algarve/Andaluzia.

b - O Algarve está a ser prejudicado pela falta da ligação ferroviária a Andaluzia, que podia atrair mais turistas espanhóis?

DS (após breve reflexão) - Acho que o que todos temos de fazer, e a Comissão Europeia fê-lo, é definir prioridades. É certo que uma rede ferroviária de alta velocidade com ligação Algarve/Andaluzia, e por consequência a toda a Europa, poderia trazer mais turistas ao sul, mas não sei se nesta altura essa seria a nossa melhor prioridade. Também se deve fazer contas e o custo por quilómetro para a rede de um comboio de alta velocidade é uma coisa... De resto, o nosso Programa Operacional até 2020 não dá para fazer nada disso. Já no que diz respeito à ligação ferroviária Faro/aeroporto, que referiu, está prevista numa definição de obras a nível nacional, realizada pelo Ministério da Economia, assim como a eletrificação da rede ferroviária de Lagos a Vila Real de Santo António. São estudos que naturalmente demoram algum tempo, mas essas obras e respetivas verbas já estão definidas e provavelmente serão iniciadas até 2020, através do PO SEUR.

b - Faltou quem conseguisse defender a ligação ferroviária Algarve/Andaluzia, junto da Comissão Europeia?

DS - Enquanto algarvio naturalmente que defenderia sempre essa obra junto dos órgãos da União Europeia. Mas também percebo que quem decide não pode ser de uma só região. Por outro lado, também não podemos ter dúvidas sobre o valor acrescentado que o Porto de Sines pode trazer a Portugal. De qualquer modo, também não se pode desprezar o valor que o turismo do Algarve traz ao país. Daí que seja importante a conclusão das obras na EN125, que será mesmo uma realidade.